



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Metodologias em Ciências Sociais: uma análise reflexiva

Helena Antunes

Metodologias em Ciências Sociais: uma análise reflexiva

Nas últimas décadas tem vindo a assistir-se a um interesse crescente, no que se refere aos processos metodológicos usados no âmbito das Ciências da Educação, pelo recurso à *associação*

das tradições metodológicas investigativas comumente designadas por quantitativa e qualitativa.^[1] De tal maneira esta tendência metodológica tem vindo a acentuar-se que presentemente, pode dizer-se que, na prática, existe já tal associação como *categoria metodológica independente* constituindo o que, em termos internacionais, é designado por *métodos mistos*. Contudo, a implementação destes métodos tem sido, na generalidade dos casos, feita, sem que tal seja acompanhado de um correspondente espaço de reflexão e análise crítica. Ora esta análise parece-nos fundamental ser desenvolvida; efectivamente, basta atendermos às diferentes naturezas que, do ponto de vista epistemológico e/ou técnico enformam as metodologias “progenitoras” — quantitativa e qualitativa — para se compreender a necessidade de uma tal reflexão.

Neste sentido, o foco deste texto incide na análise de algumas questões que aos investigadores se colocam quando, no desenvolvimento dos seus trabalhos, optam pelo tipo de metodologias anteriormente referidas — métodos mistos. Tais questões têm fundamentalmente a ver com as respectivas potencialidades e limitações, bem como possíveis processos de ultrapassar estas últimas.

Começaremos por clarificar o conceito de método misto; seguidamente desenvolveremos esta temática organizando-a em quatro tópicos: (a) apresentação de algumas razões que nos levaram a focar-nos num tal assunto — questões do foro das metodologias e, em particular, a incidência nas já referidas metodologias mistas; (b) contextualização da análise a nível teórico (epistemológico); (c) análise, necessariamente breve, de algumas das potencialidades e limitações inerentes à utilização de tais processos metodológicos; (d) apresentação de possíveis soluções para alguns problemas decorrentes das limitações anteriormente referidas.

Na literatura da especialidade parece haver consenso acerca do conceito de metodologia mista considerando-a como resultante da *associação* das tradições metodológicas qualitativa e quantitativa” (Bryman, 1995). Contudo, um tal consenso é muito mais aparente do que real, resultando este equívoco fundamentalmente do diferente significado atribuído pelos diversos investigadores ao conceito de associação. Na realidade, parece existir uma designação singular para uma realidade plural.

Um conceito corrente para os denominados métodos mistos corresponde à *associação* de diferentes tradições metodológicas (quantitativa e qualitativa) relativas a estudos referentes ao mesmo projecto de pesquisa, estudos estes que recorrem, *cada um deles*, a metodologias diferentes; contudo, segundo alguns autores de que salientamos Bryman (1995), existe um outro tipo de método misto relativo à existência, *no mesmo estudo* (mesmo problema, mesma amostra), de elementos de ambas as tradições — quantitativa e qualitativa — ou seja, correspondente a uma *fusão* que engloba *elementos* de ambas as tradições.

Assim sendo, estamos em presença de uma mesma designação para duas realidades distintas no que se refere às metodologias mistas: (a) um caso *resultante da associação* de metodologias provenientes de estudos parcelares, tendo cada um a sua metodologia específica (qualitativa ou quantitativa), estudos estes incluídos num mesmo projecto investigativo global e (b) outro caso, correspondente ao que Bryman (1995) designa por *metodologia híbrida*, que ocorre em casos correspondentes à existência de um único estudo em que a respectiva metodologia engloba, *fundidos nesse estudo*, elementos próprios de ambas as tradições (quantitativa e qualitativa); neste caso, o que podemos designar

por “processo de hibridação” ocorre quando, numa das partes de um mesmo estudo (por exemplo fase de obtenção de dados) são utilizados processos inerentes a uma das tradições metodológicas e recorremos a processos relativos à outra tradição metodológica em outra parte do mesmo estudo (por exemplo, fase de tratamento de dados). As primeiras (a), ocorrem em casos frequentemente designados na literatura da especialidade por casos “*multi-site, multi-method*” (por exemplo, Hubermann, 1991).

Qual a importância desta distinção? Numa primeira abordagem uma tal classificação pode parecer um mero exercício académico de relevância secundária. Não pensamos assim. Na realidade, julgamos fundamental a existência de categorias conceptuais claramente definidas que se constituam como instrumentos de apoio às análises reflexivas que, a este respeito, consideramos crucial serem desenvolvidas pelos investigadores ao realizarem uma qualquer pesquisa em que se recorra a estes tipos de metodologias; e embora consideremos importante que uma tal reflexão seja desenvolvida em qualquer dos casos anteriormente referidos, parece-nos imprescindível a sua ocorrência no caso de estudos em que sejam empregues as já referidas metodologias *híbridas*. Efectivamente, correspondendo o primeiro caso (a) a um conjunto de estudos parcelares incluídos num mesmo projecto, tendo cada parte (cada estudo parcelar) a sua metodologia própria, não se levantam tantas questões (de ordem técnica e/ou epistemológica) como no segundo caso (b), em que, reunindo no *mesmo estudo* elementos relativos a ambas as tradições, é de esperar que as lógicas inerentes a cada uma delas se condicionem mutuamente; de facto, no primeiro caso, possuindo *cada estudo parcelar* a sua metodologia própria, as respectivas lógicas específicas não são afectadas, dado ser cada caso relativamente independente dos restantes. Seguidamente retomaremos esta questão.

As razões que nos levaram a seleccionar um tal tema, têm a ver com o facto de, com uma certa frequência, nos parecer escasso o espaço que nos contextos de pesquisa é conferido a análises reflexivas referentes aos aspectos metodológicos. Ora, precisamente, sendo consensual afirmar-se que a validade de qualquer pesquisa se avalia fundamentalmente pela respectiva metodologia, a verdade é que nem sempre é feita uma análise que clarifique os *custos* inerentes às decisões que vão sendo tomadas ao longo do processo investigativo no que se refere aos aspectos metodológicos. Não estamos evidentemente a defender uma descrição detalhada (necessariamente enfadonha e desinformativa) de todo o processo inerente à *ciência privada*, mas alguma reflexão que tenha em conta, não só as potencialidades, mas também as limitações das opções tomadas durante o processo investigativo.

Do anteriormente exposto, tornam-se evidentes as razões que nos levaram a seleccionar, no vasto domínio das questões metodológicas, as denominadas metodologias mistas: o interesse crescente por parte da comunidade científica do campo das Ciências da Educação relativamente a este tipo de metodologias evidenciado por um igualmente crescente volume de trabalhos desenvolvidos segundo estes modelos metodológicos; uma relativa escassez de análises desenvolvidas sobre as metodologias mistas, em especial quando comparada com o número de análises focadas nas tradições quantitativa e qualitativa. Ora, parece-nos fundamental haver algum espaço de reflexão, em particular pelo facto de serem as metodologias “progenitoras” — quantitativa e qualitativa — por alguns epistemólogos consideradas como correspondendo a dois paradigmas distintos, e, como tal, incomensuráveis.

Do anteriormente exposto, parece-nos ser de considerar que a primeira questão a analisar deve focar-se na determinação do nível — epistemológico ou puramente técnico — em que esta análise deverá desenvolver-se. Efectivamente, se a diferença entre ambos os processos se colocar ao nível epistemológico, teremos de admitir a hipótese da existência de dois paradigmas distintos. Ora, segundo Guba & Lincoln (citados em Patton, 1990), a consistência e lógica de cada paradigma constituem fortes argumentos *contra* as metodologias mistas (qualquer que seja o respectivo modelo), referindo que *misturar partes* provenientes de diferentes abordagens (metodológicas), é uma matéria controversa, em termos filosóficos e metodológicos”, não sendo, pois,

tal “mistura” muito do agrado dos filósofos da Ciência.^[2] De facto, a unidade, consistência e lógica internas das metodologias “puras” reflectem uma racionalidade e elegância que as tornam extremamente atraentes do ponto de vista epistemológico. Na realidade, por exemplo, no que se refere aos processos qualitativos, constata-se a existência de uma articulação lógica entre a flexibilidade do *design*, a abertura e o envolvimento pessoal dos investigadores, as análises indutivas e a interpretação compreensiva simultaneamente holística e desenvolvida em profundidade; por outro lado, no que se refere aos estudos quantitativos, existe de igual modo, uma articulação lógica entre o *design* (diga este respeito a situações de inquérito, situações experimentais ou quase-experimentais), a testagem de hipóteses dedutivas derivadas de premissas teóricas, a identificação de variáveis e tratamentos estatísticos dos resultados. Na realidade a associação dos elementos inerentes a cada um dos dois processos investigativos, torna-os coesos e possuidores de uma lógica que facilmente induz a aceitá-los como paradigmas independentes; tal é reforçado pelos respectivos enquadramentos teóricos: interaccionismo simbólico e etnografia no que se refere à abordagem qualitativa, e positivismo

no que se refere à abordagem quantitativa.

Segundo Bryman (1995), a análise apenas deverá ser desenvolvida ao nível técnico, já que as diferenças que epistemologicamente distanciam as duas tradições são, do seu ponto de vista, mais aparentes do que reais. Efectivamente, ele rebate, uma por uma, as distinções comumente apresentadas como mais diferenciadoras entre as duas tradições de pesquisa. Contudo, o próprio Bryman o admite, esta é uma questão que está longe de ser pacífica, pois existem efectivamente certos aspectos algo difíceis de ultrapassar do ponto de vista epistemológico, nomeadamente o facto de serem os contextos teóricos que enquadram estas duas tradições de pesquisa, de há muito, considerados como sistemas epistemológicos muito distanciados. Efectivamente enquanto a perspectiva positivista, defende a aplicabilidade dos procedimentos metodológicos usados nas ciências da natureza ao domínio das ciências sociais, o interaccionismo simbólico encara a vida social como um processo segundo o qual os indivíduos interpretam o seu mundo e actuam com base nesta interpretação (Bryman, 1995). Naturalmente a questão da incomensurabilidade, é uma questão decisiva e, como tal, requiere prioridade de análise; efectivamente deverá ser considerado à partida, em que medida é legítimo associar dois processos que, segundo alguns epistemólogos, correspondem a paradigmas diferentes. Todavia, os factos mostram que é uma associação não só possível (o que é evidenciado pelo crescente número de investigações que a ela recorrem), como é defendida pelos investigadores que a utilizam como sendo bastante adequada a muitos contextos de pesquisa. ^[3]

Contudo, permanece o facto de serem estes métodos resultantes de uma *articulação* de dois tipos de processos metodológicos muito diferentes, o que faz, de imediato, prever a existência de problemas cuja resolução é mais ou menos complexa, requerendo, como tal, cuidada análise prévia. Na realidade, segundo alguns autores, como por exemplo Bogdan & Biklen (1982), quando se associa no mesmo trabalho de pesquisa, métodos quantitativos e qualitativos “o mais certo é apanhar-se uma grande dor de cabeça”. Efectivamente, pretendendo-se com a aplicação dos denominados métodos mistos, procurar ultrapassar as principais limitações das metodologias quantitativa e qualitativa (quando aplicadas isoladamente), há que considerar prévia e reflectidamente o *que* e o *como* de uma tal articulação.

Na realidade, a associação de ambas, é algo problemática, ou, segundo muitos filósofos da Ciência, mesmo impossível. Contudo, nem todos os epistemólogos assim pensam. Por exemplo, Feyerabend (1975) é muito claro ao afirmar a este respeito, que o mundo é demasiado complexo para ser entendido através de umas quantas normas pré-estabelecidas ou de sistemas rígidos de pesquisa; na realidade, a sua conhecida frase “Tudo vale”, traduz bem o seu ponto de vista acerca das questões metodológicas na pesquisa científica. Também para Bryman, (1995), como já referimos, a diferença entre as duas tradições de pesquisa é mais aparente do que real, apresentando uma argumentação na qual procura demonstrar que, mesmo quando existem tais diferenças, elas podem traduzir-se num *continuum* e não numa aporia. Assim sendo, poder-se-á admitir a hipótese de não incluir as metodologias quantitativa e qualitativa em paradigmas distintos, sendo pois, possível a respectiva ocorrência conjunta num mesmo processo investigativo.

Passamos a analisar as limitações e potencialidades dos métodos mistos. Iniciaremos a análise focando-nos nos casos em que há apenas o que designámos por *associação metodológica*. Como indicamos anteriormente, tais casos referem-se às situações em que a pesquisa inclui vários estudos parcelares, possuindo cada um destes estudos a sua metodologia própria — quantitativa ou qualitativa. Assim sendo, cada caso (metodológico) apresenta as limitações e potencialidades inerentes ao respectivo modelo — quantitativo ou qualitativo. O problema nestes casos incide na articulação dos resultados das diferentes partes, em particular se tais resultados não forem convergentes. Neste caso, segundo Bryman (1990), deverá ser revisto o processo investigativo, nomeadamente em que medida são efectivamente comparáveis os resultados obtidos por uma e outra via, bem como a competência do investigador em termos de domínio de um e outro processo investigativo.

No segundo caso anteriormente referido — metodologia híbrida — e que corresponde, portanto, a uma *fusão* de elementos provenientes de ambas as tradições de pesquisa (quantitativa e qualitativa), há uma situação mais complexa cuja análise será feita, partindo de alguns exemplos. Passamos a apresentar dois casos que, segundo Bryman (1995), são exemplares: (a) uma situação em que a obtenção de dados é feita segundo um processo etnográfico numa investigação cujo *design* corresponde a um modelo *quasi-experimental* (o que está de acordo com o modelo quantitativo); efectivamente, trata-se de implementar três modalidades diferentes de prática pedagógica (cujos perfis pedagógicos são definidos à partida), em que foram seleccionadas variáveis (dependentes e independentes), feito o respectivo controlo e cujo objectivo fundamental consiste em relacionar o aproveitamento e comportamento dos alunos com as diferentes modalidades de prática; os dados relativos ao comportamento e ao aproveitamento são obtidos por

processos etnográficos (o que está de acordo com o modelo qualitativo, ^[4] (b) uma outra situação em que

a obtenção de dados é feita segundo um processo etnográfico (o que, como referimos, está de acordo com o modelo qualitativo), após o que os dados são tratados estatisticamente (o que está de acordo com o modelo quantitativo); o objectivo deste estudo consiste na análise de possíveis relações entre o comportamento de alunos ao nível da sala de aula e as respectivas características sociais, económicas e culturais. A partir dos dados são estabelecidas categorias que são submetidas a tratamento estatístico. [5] Um outro caso em que estamos de igual modo perante um processo de metodologia híbrida, ocorre na situação em que simultaneamente (a) existe uma teoria que, no todo ou em parte, explícita ou implicitamente, se pretende validar (o que está de acordo com o modelo quantitativo), e (b) se recorre a processo(s) de obtenção e/ou tratamento de dados de natureza etnográfica (o que está de acordo com o modelo qualitativo); o processo de obtenção de dados pode ser feito, por exemplo, através de observação naturalística (Estrela, 1990) e o processo de tratamento de dados pode ser realizado, por exemplo, através de análise de conteúdo. [6]

Seguidamente procederemos à análise das potencialidades e limitações das três situações metodológicas anteriormente apresentadas. Ao procurarmos avaliar as limitações inerentes a estes casos, deveremos ter em conta que, no primeiro exemplo apresentado, os elementos associados à tradição quantitativa (como é o caso da selecção de um *design* quasi-experimental) e os elementos associados à tradição qualitativa (como é o caso da obtenção de dados por processos etnográficos), se condicionam mutuamente; na realidade, a presença conjunta destas duas componentes “puras” *deveria ser impossível* no mesmo estudo. Efectivamente a existência de um *design* “quasi-experimental”, obriga à determinação de categorias pré-definidas (que condicionam o que tem de ser analisado), o que não se coaduna com o modelo etnográfico usado na obtenção de dados. Neste sentido, haverá que, após uma análise minuciosa da situação, *decidir quais os ajustamentos* a fazer de parte a parte, tornando claras tanto as potencialidades como as limitações inerentes a tal opção. O exemplo apresentado evidencia que, quando se juntam elementos de dois modelos metodológicos diferentes, terão de ser feitos ajustamentos que implicam alguma *alteração* dos elementos relativos a esses modelos; compete ao investigador decidir, qual o *tipo* e qual o *grau de alteração* a introduzir nesses mesmos elementos. [7] Assim, por exemplo, pode decidir dever alterar o *design* tornando-o mais maleável e aberto a fim de potenciar os dados etnográficos, ou, pelo contrário, preservar o *design* (não o modificando ou apenas nele introduzindo escassas alterações), assumindo que, em qualquer dos casos, introduz limitações nos modelos em causa. No que se refere às potencialidades, a vantagem que nos parece mais relevante tem a ver com a possibilidade de desenvolver um estudo com uma certa “*consistência*” *estrutural* (que lhe advém do facto de ser o respectivo *design* *quasi-experimental*) *aliada* a uma perspectiva compreensiva-interpretativa que lhe confere *uma dimensão em profundidade* (que lhe advém da vertente etnográfica). O segundo caso indicado caracteriza-se por haver recurso simultâneo a processos etnográficos (no que se refere à obtenção de dados) e tratamentos estatísticos (no que se refere à análise dos mesmos dados); considerando em primeiro lugar as respectivas potencialidades, constatamos que estas consistem na possibilidade de desenvolver o estudo numa perspectiva compreensiva (resultante da utilização de dados etnográficos), evitando, simultaneamente, assentar as interpretações *apenas* nas capacidades de análise do investigador, o que, em princípio, contribui para reduzir o grau de subjectividade do estudo. Por outras palavras, o recurso a tratamentos estatísticos, (aplicados numa perspectiva de processo de triangulação), contribui para a validação referente à interpretação

dos dados. [8] Relativamente às limitações, há a registar como exemplo que, sendo a obtenção dos dados feita segundo processos etnográficos, em princípio a amostra não pode ter um número elevado de elementos, o que necessariamente implica restrições respeitantes à análise estatística. O terceiro exemplo apresentado assemelha-se bastante ao primeiro caso analisado, tanto no que se refere às potencialidades, como às limitações. Na verdade, tal como referimos para a primeira situação, também neste exemplo, os elementos associados à tradição quantitativa (como é o caso da presença de uma teoria a verificar) e os elementos associados à tradição qualitativa (como é o caso da obtenção e/ou tratamento de dados por processos etnográficos), se condicionam mutuamente. Tal como já indicámos anteriormente, a presença destas duas componentes “puras” aparenta ser *uma impossibilidade* quando reunidas no mesmo estudo; efectivamente a existência de um referencial teórico à *partida*, obriga à determinação de categorias pré-definidas, o que não se coaduna com o modelo etnográfico usado na obtenção e/ou tratamento de dados. Efectivamente, a obtenção e/ou tratamento de dados desenvolvidos numa perspectiva etnográfica, coaduna-se com a *emergência* de teorias e não com a respectiva *verificação* (em geral desenvolvida numa *perspectiva confirmacionista*). Deste modo, tal como referimos nos casos anteriores, haverá que *decidir quais os ajustamentos* a fazer de parte a parte. Assim, por exemplo, deverá ser decidido se se deve abandonar a perspectiva puramente confirmacionista da teoria, expondo-a à possibilidade de ser revista introduzindo-lhe alguma alteração, ou se deverá ser condicionada a perspectiva etnográfica, aceitando, por exemplo, que o modelo etnográfico puro se converta no que Smith & Robins, citados em

Bryman, 1995, denominam por *etnografia estruturada*.

Do anteriormente exposto se infere que, em qualquer dos três casos apresentados, independentemente das opções tomadas, deverá ser feito, para cada caso, um *balanço* dos “custos” e dos “ganhos”. Assim, tomando como exemplo o primeiro caso analisado, e tendo em conta os respectivos objectivos, deverá fazer-se um balanço, por exemplo, entre a possibilidade de perda de algum controlo das variáveis (no caso de se decidir alterar o *design*) e algum défice de informação, se decidir limitar os dados etnográficos.

Do que anteriormente expusemos, tornam-se claras algumas das potencialidades e limitações decorrentes da *fusão* de elementos provenientes das duas tradições metodológicas. Contudo, a existência de processos metodológicos mistos (quer estes correspondam a processos que designámos por associação ou por fusão), ao contribuírem para superar as limitações inerentes às metodologias puras quantitativa e qualitativa quando aplicadas isoladamente, trazem, sem dúvida, importantes vantagens para o processo investigativo. No entanto, há que aceitar à partida, a inevitabilidade da existência de algumas limitações.

Que soluções para algumas das limitações anteriormente apresentadas? Naturalmente não há soluções “standardizadas”, constituindo cada situação um caso a considerar na sua singularidade. Contudo, a apresentação de algumas reflexões e de alguns dados baseados em trabalhos de pesquisa, poderá eventualmente contribuir para ajudar a ultrapassar alguns problemas desta natureza.

Na impossibilidade de considerarmos neste texto as diferentes combinações de elementos metodológicos distintos provenientes das duas tradições de pesquisa dada a sua enorme variabilidade, decidimos focar-nos apenas em uma das situações anteriormente referidas: precisamente o segundo caso. As razões que nos levaram a seleccionar esta situação em detrimento das restantes, tem a ver com o facto de ser uma situação relativamente frequente em investigação e que, do ponto de vista de vários especialistas nesta matéria (por exemplo Rasmussen & Dunlap, 1991), é uma situação, em geral, mal resolvida. Julgamos pertinente considerar os seguintes dados: investigações realizadas, mostram que, em estudos com amostras de reduzidas dimensões, em que, segundo os padrões estatísticos, não é aconselhável recorrer a análises paramétricas “comuns”, o recurso à utilização dos respectivos *dados transformados* — análises paramétricas de dados transformados —, constitui uma alternativa vantajosa às análises não paramétricas; efectivamente, do ponto de vista estatístico, estas, são consideradas como sendo menos poderosas do que as correspondentes análises paramétricas (Rasmussen & Dunlap, 1991). Ora precisamente, o principal benefício dos dados transformados é o facto de poderem conduzir a um substancial aumento de poder dos testes paramétricos. Tal foi demonstrado, em situações de transformações logarítmicas, por Levin & Dunlap, citados em Rasmussen & Dunlap (1991).

Julgamos ter contribuído com esta análise para clarificar alguns dos aspectos relativos aos denominados métodos mistos, bem como a importância de realizar previamente o balanço *ganhos-custos* inerente ao recurso simultâneo de aspectos relativos a processos quantitativos e qualitativos, quer sob a forma de associação, quer sob a forma de fusão; estas análises podem contribuir para minimizar as limitações necessariamente presentes quando tais “misturas” metodológicas são realizadas e potenciar as respectivas vantagens.

Referências bibliográficas

- Antunes, H. & Morais, A.M. (1993). Caracterização da prática pedagógica no contexto regulador da sala de aula. In A. M. Morais *et al* (1993). *Socialização Primária e Prática Pedagógica, vol. II* (Cap. IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S.K. (1982). *Qualitative research for Education: An Introduction to Theory and methods*. Boston: Allyn and Bacon, Inc.
- Bryman, A. & Cramer., D. (1992). *Análise de dados em ciências sociais* (Trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Bryman, A. (1995). *Quantity and quality in social research* (5ª Ed.). London: Routledge.
- Estrela, A. (1990). *Teoria e Prática de Observação de classes: Uma estratégia de formação de professores*. Lisboa: INIC.
- Feyerabend, P. (1975). *Contra o método* (2ª Ed.) (Trad.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Fontinhas, F. & Morais, A. M. (1993). Caracterização da prática pedagógica no contexto instrucional da sala de aula. In A. M. Morais *et al* (1993). *Socialização Primária e Prática Pedagógica, vol. II* (Cap. IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Huberman, A. M. & Miles, M. B. (1991). *Analyse des données qualitatives - Recueil de nouvelles méthodes* (Trad.). Bruxelles: The Boeck Université.
- Kuhn, T. S. (1983). *La Structure des révolutions scientifiques*. (Trad.). França: Flammarion

Marascuilo, L. A. & Serlin, R. C. (1988). *Statistical methods for the social and behavioral sciences*. New York: W. H. Freeman and Company.

Morais, A. M. , Neves, I.P., Medeiros, A., Peneda, D., Fontinhas, F. e Antunes, H. (1993). *Socialização primária e prática pedagógica Vol.2, Análise de aprendizagens na família e na escola*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Patton, M.Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. (2ª Ed.).Newbury Park: Sage Publications.

Rasmussen, J. L. & Dunlap, W. P.(1991). Dealing with nonnormal data: parametric analysis of transformed data vs nonparametric analysis. *Educational and Psychological Measurement* (51), 809-820.

Rocha, M. C. (1995). *O contexto da sala de aula na aprendizagem do discurso regulador específico - Um estudo com crianças do primeiro ciclo do ensino básico*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

[1] Estamos perfeitamente conscientes da insuficiente adequabilidade dos dois termos — quantitativo e qualitativo — bem como da controvérsia existente acerca deste assunto; contudo, de acordo com especialistas nesta matéria (por exemplo, Bryman, 1995), estas são ainda as designações que parecem dominantes na comunidade científica.

[2] O registo em itálico é da nossa autoria.

[3] Por exemplo, Woods, 1979, Ball, 1981, citados em Bryman, 1995 e Morais et al, 1993. Referimo-nos ao campo da educação.

[4] Estudos com este tipo de *design*, de metodologia — *mista* — e objectivos foram desenvolvidos no âmbito do projecto ESSA (Estudos Sociológicos na Sala de Aula) e podem ser consultados por exemplo, em Antunes e Morais (1993), Fontinhas e Morais (1993), Morais *et al* (1993) e Rocha (1995).Um destes estudos corresponde precisamente à implementação de três modalidades de prática com perfis sociológicos e pedagógicos distintos, em que se procurou relacionar as características sociológicas e pedagógicas de cada modalidade de prática com o aproveitamento e comportamento dos alunos (diferentes grupos sociais de alunos). As diferenças entre as modalidades de prática reportam-se ao facto de estar uma das modalidades mais orientada para um modelo de escola aberta, outra modalidade estar mais orientada para um modelo de escola tradicional e apresentar-se a terceira modalidade com características pedagógicas e sociológicas intermédias relativamente às duas anteriores. A composição social das três turmas (heterogénea em termos de género, raça, classe social, aproveitamento escolar) era tão próxima quanto possível.

[5] Nos estudos referidos na nota 4, podem igualmente ser encontradas análises que relacionam as características sociológicas dos diferentes grupos de crianças (grupos estes definidos, por exemplo, em função da classe social, género, raça) e o respectivo desempenho.

[6] Estudos com estas características podem ser igualmente consultados nas investigações referidas na nota 4.

[7] Referimo-nos neste caso a modelos que designámos por modelos “puros” — quantitativos ou qualitativos.

[8] O conceito de triangulação tem, neste contexto, a ver com o facto de se analisar o mesmo objecto de pesquisa, recorrendo, por exemplo, a diferentes processos metodológicos, permitindo deste modo, a respectiva validação. (Sobre este assunto, consultar, por exemplo, Patton, 1990).